ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

14:15 2022

As verbas da Educação pública: quais são, onde estão e como acessá-las?





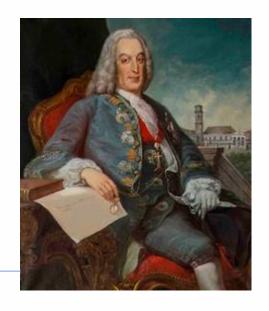
HISTÓRICO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Fase 1: escolas geridas pelos jesuítas, com financiamento via exploração de terras

Fase 2: financiamento precário a partir do subsídio literário (séc. XVIII)

Fase 3: criação de vinculação de impostos para educação (em 1934), intermitente, e transferências definidas no "balcão de negócios"

Fase 4: vinculação de impostos mais sólida (1983) e programas de transferências de acordo com necessidades educacionais (década de 90)





HISTÓRICO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Fase 1: escolas geridas pelos jesuítas, com financiamento via exploração de terras

Fase 2: financiamento precário a partir do subsídio literário (séc. XVIII)

Fase 3: criação de vinculação de impostos para educação (em 1934), flutuante entre governos e transferências definidas no "balcão de negócios"

Fase 4: vinculação de impostos mais sólida (1983) e programas x de transferências de acordo com necessidades educacionais (década de 90)

Vinculação constitucional

- Emenda Calmon (1983)
- Constituição
 Federal de
 1988

Política de fundos

- Fundef (1996)
- Fundeb (2006)
- Novo Fundeb (2020)

Transferências conforme "necessidades"

- Salário-Educação
- PNAE
- PNATE
- PDDE
- Organização das transf. voluntárias do MEC via PAR

A divisão do gasto público na educação pública no Brasil



PNE - Meta 20

Inicial

Meta 20

Indicador 20A

Indicador 20B

Dados e Ficha Técnica

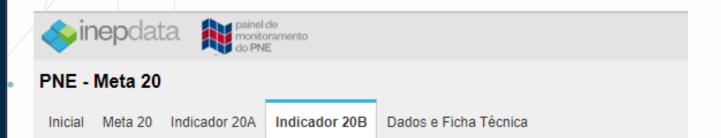
Gasto Público em Educação (em R\$ bilhões) por Ente Federado - Brasil

Responsável pela despesa	2015	2016	2017	2018*
Gastos do Governo Federal - Total	R\$106,4	R\$114,2	R\$109,1	R\$103,6
Governo Federal - Tesouro Nacional	R\$91,3	R\$93,8	R\$92,8	R\$90,2
Governo Federal - Gastos tributários em educação	R\$7,5	R\$8,2	R\$8,5	R\$8,6
Governo Federal - Subsídio Implícito do FIES	R\$7,6	R\$12,2	R\$7,9	R\$4,8
Gastos dos Governos Estaduais e do DF	R\$118,5	R\$118,6	R\$110,7	R\$110,6
Gastos dos Governos Municipais	R\$140,7	R\$136,3	R\$142,4	R\$146,4
Gastos educacionais de receitas parafiscais	R\$9,5	R\$8,1	R\$8,2	R\$8,2
Total	R\$375,1	R\$377,1	R\$370,4	R\$368,8

*Resultado Preliminar

28%

30% 40% 2% A divisão do gasto público na educação pública no Brasil



Gasto Público em Educação (em R\$ bilhões) por Ente Federado - Brasil

Responsável pela despesa	2015	2016	2017	2018*
Gastos do Governo Federal - Total	R\$106,4	R\$114,2	R\$109,1	R\$103,6
Governo Federal - Tesouro Nacional	R\$91,3	R\$93,8	R\$92,8	R\$90,2
Governo Federal - Gastos tributários em educação	R\$7,5	R\$8,2	R\$8,5	R\$8,6
Governo Federal - Subsídio Implícito do FIES	R\$7,6	R\$12,2	R\$7,9	R\$4,8
Gastos dos Governos Estaduais e do DF	R\$118,5	R\$118,6	R\$110,7	R\$110,6
Gastos dos Governos Municipais	R\$140,7	R\$136,3	R\$142,4	R\$146,4
Gastos educacionais de receitas parafiscais	R\$9,5	R\$8,1	R\$8,2	R\$8,2
Total	R\$375,1	R\$377,1	R\$370,4	R\$368,8

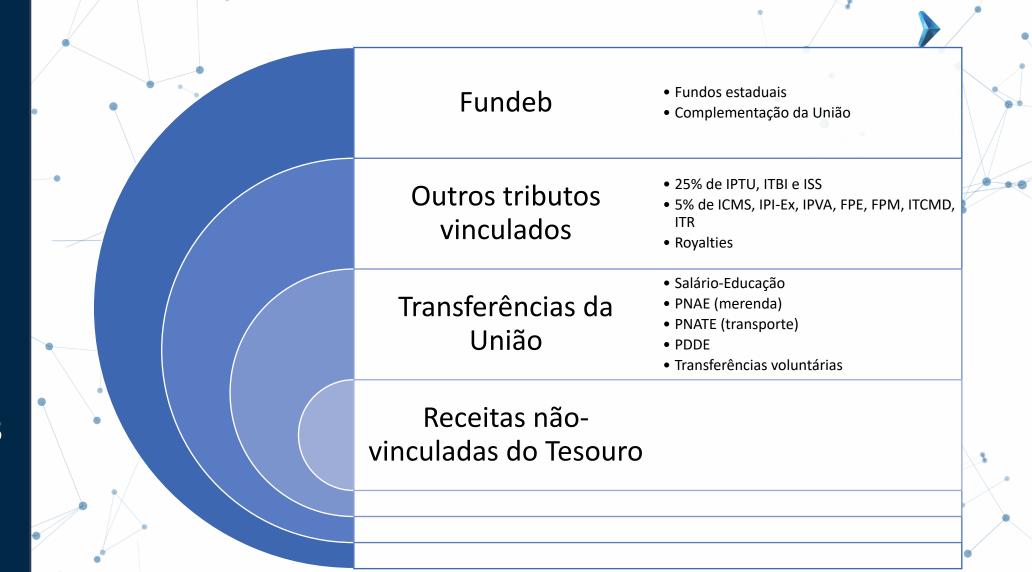
*Resultado Preliminar

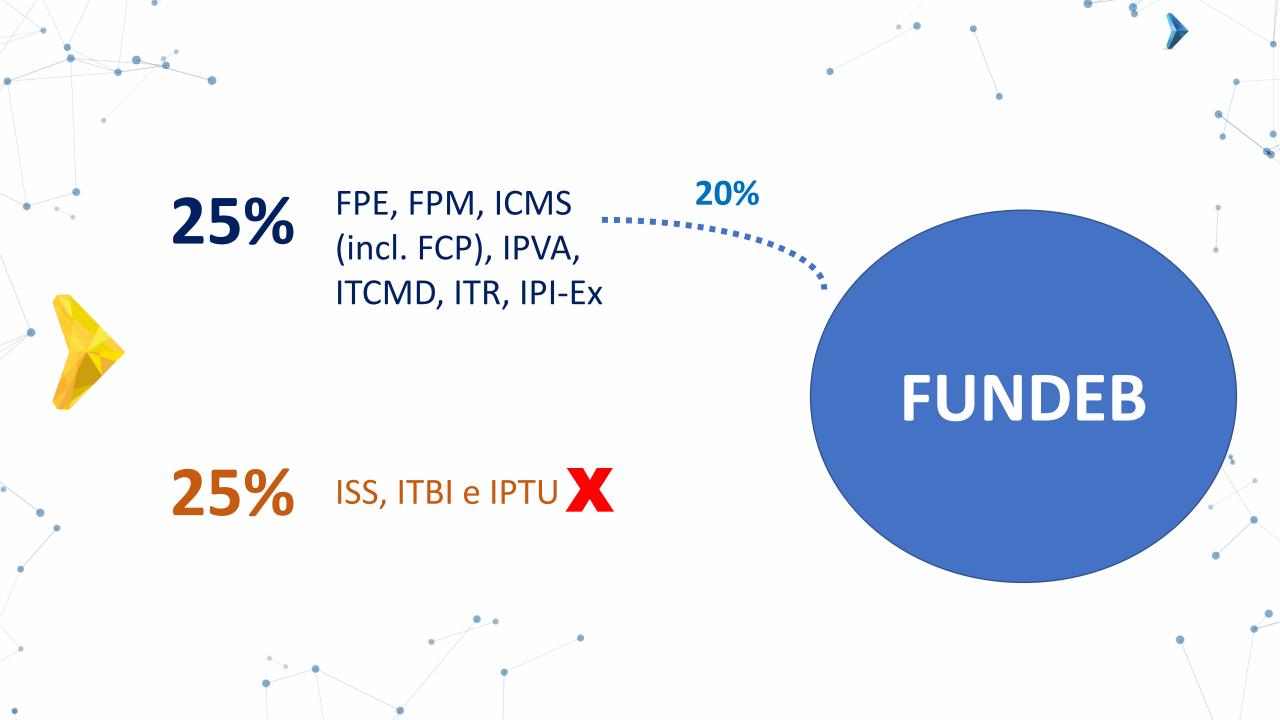
Recursos nãovinculados à educação

*Recursos vinculados à vinculados à

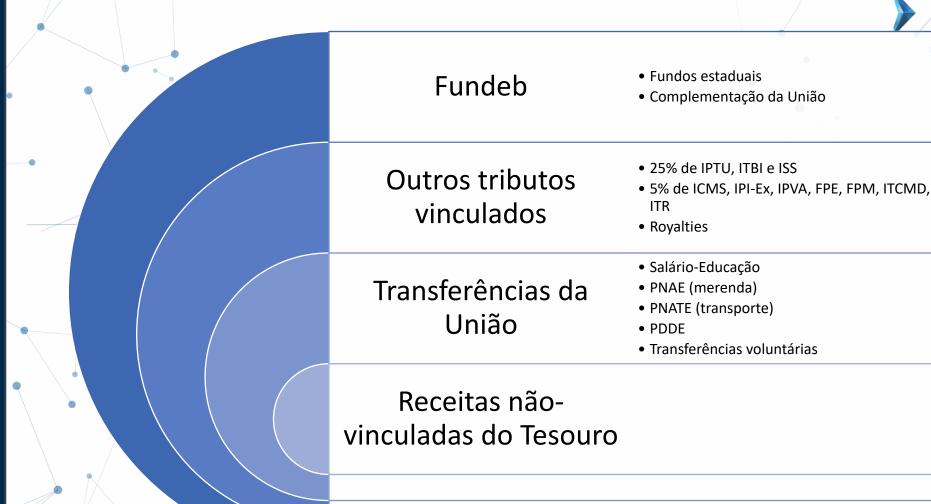
Educação

Composição de receitas disponíveis para políticas de educação nos estados e municípios

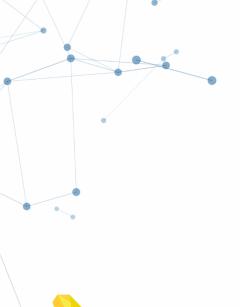




Composição de receitas disponíveis para políticas de educação nos estados e municípios



As escolas podem obter recursos de três formas: PDDE federal, programas locais de descentralização orçamentária (ainda raros) e levantamento de fundos (na forma de doações) via suas APMs



Em Santa Catarina - 2022

Fundo estadual do FUNDEB:

R\$ 8,4 bilhões → valor aluno/ano: R\$ 5.421

(40% fica para o estado, 60% municípios)

+ R\$ 12,1 milhões de complementação da União para 13 municípios catarinenses, sendo em média R\$ 280/aluno nos municípios beneficiados

Soma de outros impostos vinculados e transferências da União (exc. voluntárias):

R\$ 5,3 bilhões -> valor aluno/ano médio: R\$ 3.402

(40% fica para o estado, 60% municípios)



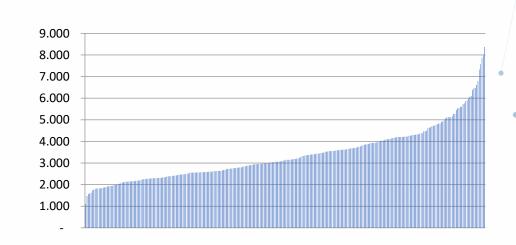
Fonte: Simulador do Fundeb – Todos Pela Educação



Desigualdade no valor per capita da soma de outros impostos vinculados e transferências da União (exc. voluntárias) – EXTRA FUNDEB:

Mafra – R\$ 1.099 por aluno São Domingos – R\$ 1.476 Santa Rosa do Sul – R\$ 1.567

Florianópolis – R\$ 7.867 por aluno Cunhataí – R\$ 7.978 Alto Bela Vista – R\$ 8.369



Fonte: Simulador do Fundeb – Todos Pela Educação

* Dados divergem do VAAT publicado pelo MEC porque se consideram as mesmas ponderações do Valor aluno/ano FUNDEB, para efeito comparativo

Orçamento de recursos federais transferidos para a Educação Básica nos estados e municípios em 2022

Tipo de transferência	Valor autorizado (LOA – R\$)
Complementação da União	30,1 bilhões
PNAE – merenda escolar	4,0 bilhões
PDDE básico	2,0 bilhões
Apoio à infraestrutura escolar	945,5 milhões
PNATE – transporte escolar	772,0 milhões
Apoio ao desenvolvimento da Educação Básica	590,5 milhões
Apoio à formação inicial e continuada	137,0 milhões
Apoio à implantação de escolas de educação infantil	100,0 milhões
Apoio à manutenção da educação infantil	51,0 milhões
Caminho da escola	17,0 milhões
Apoio à alfabetização e ao EJA	12,9 milhões

Inclui Educação Conectada e PECIM

Orçamento de recursos federais transferidos para a Educação Básica nos estados e municípios em 2022

	Tipo de transferência	Valor autorizado (LOA – R\$)	Sistemática de distribuição dos recursos
	Complementação da União	30,1 bilhões	Três tipos de distribuição no NOVO FUNDEB (VAAF, VAAT e VAAR) – detalhado a seguir
•	PNAE – merenda escolar	4,0 bilhões	Valor per capita, definido pelo MEC, por etapa e tipo de ensino
	PDDE básico	2,0 bilhões	Valor per capita, definido pelo MEC, por localidade e tipo da escola
	Apoio à infraestrutura escolar	945,5 milhões	Inscrição via SIMEC/PAR - 99% são emendas parlamentares
•	PNATE – transporte escolar	772,0 milhões	Valor per capita, definido pelo MEC, para alunos residentes na zona rural e por critérios socio-educacionais
	Apoio ao desenvolvimento da EB	590,5 milhões	Inscrição via PDE Interativo e SIMEC/PAR (<u>diversos programas</u>) - 3% são emendas parlamentares
	Apoio à formação inicial e continuada	137,0 milhões	Solicitação via PDE Interativo e SIMEC/PAR, discricionário do MEC
	Apoio à implantação de escolas de El	100,0 milhões	Solicitação via SIMEC/PAR, discricionário do MEC
	Apoio à manutenção da educação infantil	51,0 milhões	Cadastro de novos estabelecimentos e turmas no SIMEC, módulo "El Manutenção"
	Caminho da Escola	17,0 milhões	Inscrição via SIMEC/PAR - 65% são emendas parlamentares
	Apoio à alfabetização e ao EJA	12,9 milhões	Sistema Brasil Alfabetizado (SBA)

Principais características do Novo FUNDEB

- Permanente, sem prazo para acabar (revisão em 2026)
- Maior complementação da União, com foco na Educação Infantil:

crescimento de 10% para 23% da soma dos fundos, sendo que parte do R\$ deve ir para El

• Maior justiça social produzida por um novo modelo de distribuição dos recursos:

+ recursos para municípios que mais precisam (complementação VAAT)

 Estímulo a ações que melhoram qualidade do ensino e enfrentam desigualdades educacionais

fortalecimento do controle social, valorização dos profissionais da educação e condicionalidades da complementação VAAR

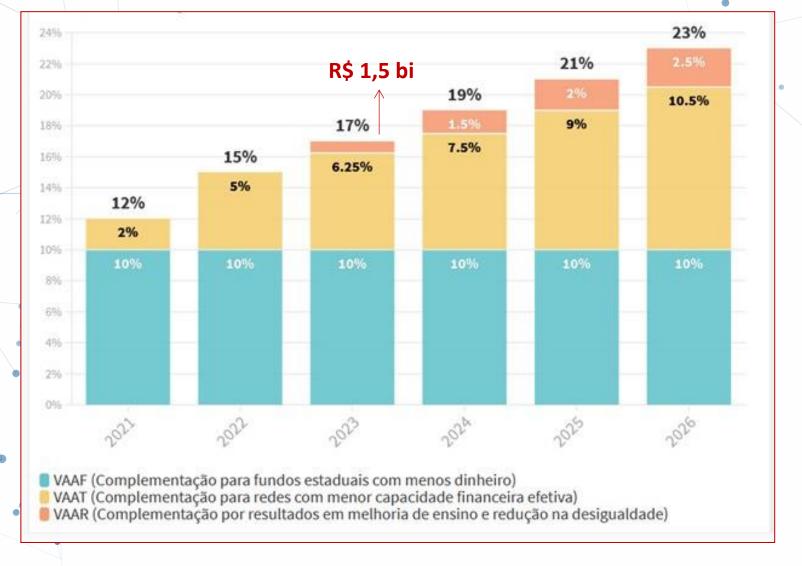
Cada rede de ensino recebe recursos na equivalência de:

Soma
ponderada de
matrículas
X
valor
aluno/ano do
estado

Fatores de ponderação válidos para 2022

EJA com avaliação no processo	0,8
Creche conveniada parcial	0,8
Fundamental I urbano	1
Fundamental II urbano	1,1
Pré-escola parcial	1,1
Creche conveniada integral	1,1
Fundamental I rural	1,15
EJA integrada à educação profissional	1,2
Educação indígena/quilombola	1,2
Fundamental II rural	1,2
Creche pública parcial	1,2
Ensino médio parcial	1,25
Ensino médio integral	1,3
Ensino fundamental integral	1,3
Pré-escola integral	1,3
Creche pública integral	1,3
Educação Especial / AEE	2,2
Educação Profissional Técnica	2,3

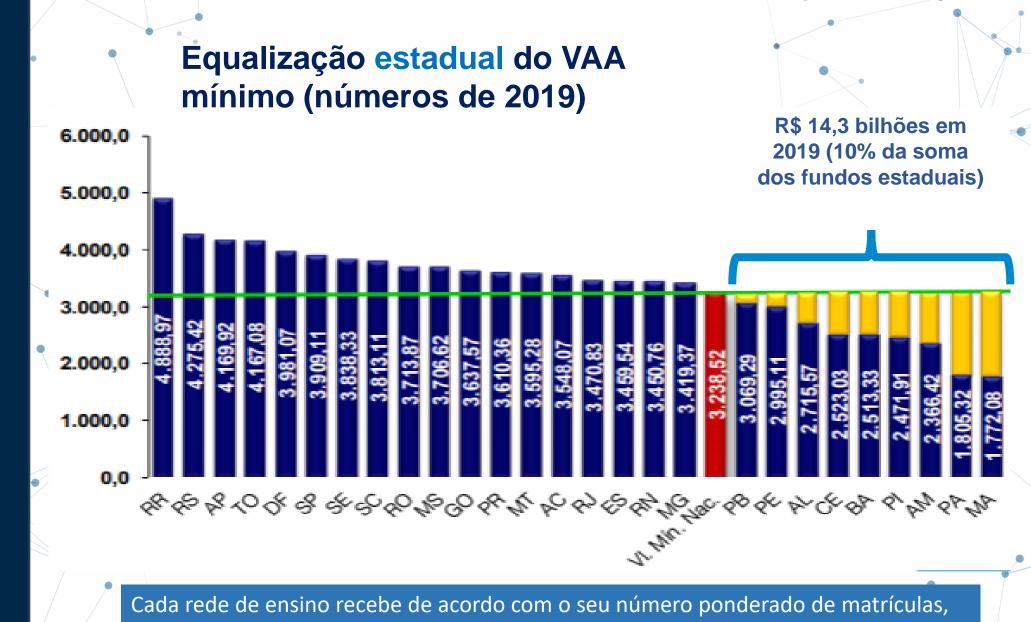
A divisão da complem. da União no Novo FUNDEB



Fonte: Instituto Unibanco.

Complem.
da União
aos estados
com piores
condições
fiscais

Complemen.
VAAF, já
existente desde
1997



multiplicado pelo diferencial de valor aluno/ano estadual para o mínimo nacional

Complem. da União aos entes com piores condições fiscais, olhando para todos os tributos

Complemen. VAAT



Diferencial do VAAT até o VAAT mínimo X soma ponderada de alunos (nesse caso, há multiplicador dos ponderadores de creche e pré-escola por 1,5)

Relembrando: 13 municípios catarinenses receberão complementação-VAAT em 2022

Complemen. VAAT

IMPORTANTE:

Somente são habilitados a receber a complementação-VAAT os entes que disponibilizarem as informações e os dados contábeis, orçamentários e fiscais por meio do SIOPE.

Prazo final de informação é 31 de agosto.

Complementação /AAF

ação, **+** 25% IPTU 5, PNATE, 25% ITBI,

ja abaixo do VAAT *osteriori*) recebe

⁻ mínimo

(nesse caso, há multiplicador dos ponderadores de creche ε pré-escola por 1,5)

elembrando: 13 municípios catarinenses receberão omplementação-VAAT em 2022

Complem. da União de acordo com resultados e indicadores

Complemen. VAAR

Fórmula de cálculo ainda está indefinida – para 2023, Governo Federal precisará fazer regulamentação ainda esse ano. Para os anos posteriores, fórmula deverá estar em Lei.

Condicionalidades para recebimento:

I - provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho;

- II participação de pelo menos 80% dos estudantes nos exames nacionais;
- III redução das desigualdades educacionais socioeconômicas e raciais medidas nos exames nacionais;
- IV regime de colaboração entre Estado e Municípios formalizado na legislação estadual e em execução (leia-se:
- legislação do ICMS-Educação);
 - V referenciais curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular.

Elementos da fórmula de cálculo:

- Nível e avanço dos resultados de aprendizagem na rede de ensino;
 - Ponderação por taxa de participação;
 - Ponderação por medida de equidade (resultados nos diferentes grupos de nível socioeconômico e de raça e dos estudantes com deficiência)
 - Taxas de aprovação e inverso da taxa de evasão

Complem.
da União de
acordo com
resultados e
indicadores

Complemen. VAAR Fórmula de cálculo ainda está indefinida – para 2023, Governo precisará fazer regulamentação ainda esse ano. Para os anos posteriores, fórmula deverá estar em Lei.

IMPORTANTE:

O Estado de Santa Catarina ainda não aprovou legislação do ICMS-Educação, conforme requer a Constituição Federal.

to e desempenho aprovados

acionais;

execução (ICMS-

Esse é um pré-requisito para que os municípios catarinenses possam "competir" pela complementação-VAAR.

Ponderação por medida de equidade (resultados nos diferentes grupos de nível socioeconômico e de raça e dos estudantes com deficiência)

Taxas de aprovação e inverso da taxa de evasão

Resumo da conversa

- 1. A atual marca do sistema de financiamento da educação é a vinculação de impostos e o sistema de transferências baseado principalmente no número de alunos das redes;
- 2. 70% dos investimentos na Educação brasileira estão nas mãos dos Estados e Municípios;
- 3. Parte expressiva desse montante vem da redistribuição do FUNDEB, mas o FUNDEB não é o todo do financiamento da Educação. Há muita desigualdade nos recursos fora do FUNDEB, mesmo observando apenas o estado de Santa Catarina;
- 4. Aproximadamente R\$ 40 bilhões do montante para investimento nos Estados e Municípios vem da União (isso sem considerar transferências não-exclusivas da Educação, como FPE, FPM e ITR);
- 5. Há diferentes sistemáticas para obtenção desses recursos do Governo Federal. No âmbito do FUNDEB, são 3 tipos de complementação da União VAAF, VAAT e VAAR;
- 6. Os municípios devem ficar atentos às condicionalidades das complementação VAAT e VAAR e ao preenchimento do SIMEC/PAR.





CESAR CALLEGARI

cesar.callegari@uol.com.br | ibsa.org.br

